



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

ANEXO I

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N.º /2017

OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento 3 (três) licenças de subscrição de software da suíte de programas Adobe Creative Cloud, por 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos até o limite de 48 (quarenta e oito meses), nos termos do art. 57, IV da Lei nº 8.666/1993, em atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

PROCESSO

29881/2017-e

ESTIMATIVA

R\$ 12.263,10

REGIME

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

TIPO

MENOR PREÇO UNITÁRIO

RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA:**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

José Davi Magalhães

Luciene de Fátima Carvalho Teodoro

TELEFONE: (61) 3314-2873 / (61) 3314-2295

EMAIL: davi@tc.df.gov.br /
lucienef@tc.df.gov.br

EQUIPE TÉCNICA:

João Guilherme Granja e Reis

TELEFONE: (61) 3314-2762

EMAIL: joaoguilherme@tc.df.gov.br



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento 3 (três) licenças de subscrição de software da suíte de programas *Adobe Creative Cloud*, por 12 (doze) meses, prorrogável por iguais períodos até o limite de 48 (quarenta e oito meses), nos termos do art. 57, IV da Lei nº 8.666/1993, em atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

1.2 Saliente-se que o objeto da contratação diz respeito à prestação de serviços de natureza continuada, devendo ser formalizado o contrato para viabilizar eventuais prorrogações, nos termos da Lei. Nesse sentido é a orientação do Manual do SIAFI para classificação da despesa, especificamente o que consta do item 5.1.5, *in verbis*:

“5.1.5 LOCAÇÃO DE SOFTWARE - Registra o valor das despesas com remuneração de **serviços de aluguel** de programas de processamento de dados. Contabiliza os programas de computador que são locados ou licenciados prontos (software de prateleira). Um dos termos mais utilizados é “**Licenciamento Temporário**” ou “**subscrição**” do software, ou seja, a empresa poderá utilizar o software por um prazo definido em **contrato**. Ao término do contrato, o fornecedor poderá exigir a retirada do software do ambiente de produção da organização. O registro de Locação de Software acontece nas naturezas de despesa 3.3.90.39.11 ou 3.3.91.39.11, a depender das características do locador. Exemplo deste tipo de atividade é contratação de serviços de computação em nuvem do tipo Softwares como Serviço – SaaS”

1.3 Por fim, observa-se que o objeto da presente contratação se assemelha com um produto, pois o fornecedor entrega as licenças de uso, todavia, tais licenças consubstanciam o chamado “Software as a Service (SaaS)” (Software por subscrição), correspondendo de fato a uma locação de software – prestação de serviço. Assim, o software por subscrição representa uma ferramenta em constante evolução, que incorpora as últimas novidades de forma automática, sem ser necessário esperar que se desenvolva uma nova versão do programa e incorporando-as sem ser preciso pagar novas licenças, de modo que o programa nunca se tornará obsoleto para a contratante, enquanto vigente o contrato, evitando-se com isso que a curva de aprendizagem entre as diferentes versões de um programa seja muito grande, já que as mudanças sempre serão progressivas.

1.4 No pagamento da subscrição do SaaS deverão igualmente ser incluídas as tarefas



de manutenção, devendo os programas da suíte estarem alojados em nuvem, de modo que a única coisa necessária para acesso aos programas e funcionalidades seja o acesso à internet.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1 O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), para o cumprimento de sua missão institucional, criou a Escola de Contas, unidade administrativa vinculada à Presidência do Órgão, incumbida, entre outras atribuições, de desenvolver e ministrar programas de capacitação, visando ao desenvolvimento e o aperfeiçoamento de gestores e servidores públicos, consoante prescreve o teor do art. 13 da Resolução nº 273, de 3 de julho de 2014, que dispõe sobre o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

2.1.2 Na estrutura administrativa da Escola de Contas, encontra-se a Supervisão de Sistemas Educacionais e Ensino à Distância (SEAD), Órgão incumbido, entre outras funções, de elaborar materiais didáticos e de apoio para instrutores, palestrantes ou professores.

2.1.3 Para esse fim, o corpo técnico da SEAD utiliza-se de softwares de editoração eletrônica na produção de folders, cartilhas, apostilas, materiais didáticos, interfaces de sítios da internet, animações gráficas, banners, edições de vídeos e outras atividades do sistema de identidade visual da Escola de Contas do TCDF, objetivando a divulgação de suas ações.

2.1.4 Em reforço, impende destacar que as aulas, os seminários e os cursos produzidos em vídeo pela Escola de Contas são de suma importância na implantação do ensino a distância (EAD) e destinam-se a aumentar o interesse e o aprendizado dos alunos.

2.1.5 Atualmente, a SEAD vale-se do serviço de licenciamento de direito de uso à suíte do software Adobe Creative Cloud, por meio de uma licença de subscrição de software. No mesmo sentido, cumpre mencionar que a Secretaria de Macro Avaliação da Gestão Pública (SEMAG) utiliza a outra licença de subscrição do software disponível para elaboração dos Sumários Executivos de Auditoria, publicação de enorme importância para o fomento do controle social e divulgação das ações do Tribunal. Vale ressaltar que essa publicação é construída em linguagem acessível, enriquecida com imagens, gráficos e outros elementos de identidade visual, cuja elaboração utiliza as funcionalidades disponibilizadas pela suíte Adobe Creative Cloud.

2.1.6 Contudo, o atual ajuste firmado pelo TCDF para subscrição de software das 2 (duas) licenças de uso da suíte Adobe Creative Cloud tem vigência que finda-se em 13.out.2017 e,



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 4 de 25

considerando que não houve formalização do contrato, tem-se a decorrência lógica de que também não há possibilidade da renovação contratual, de forma que as funcionalidades da solução têm garantia de disponibilidade aos usuários até o limite da data mencionada (13.out.2017), havendo a necessidade premente de se proceder nova licitação para contratação dos serviços com vistas à continuidade das atividades exercidas pela SEDEX e SEMAG, mesmo que eventualmente haja solução de continuidade por um breve período destinado ao tramite do procedimento licitatório.

2.1.7 Por fim, cumpre informar que a SEAD constatou haver a necessidade de se possuir uma licença adicional da suíte Adobe Creative Cloud uma vez que muitas das atividades, exercidas por àquela unidade, já não são adequadamente solucionadas com o uso das licenças antigas, aliando-se a isso a necessidade de não se concentrar as atividades da unidade em uma só pessoa/usuário.

2.2 MOTIVAÇÃO

2.2.1 Razões de Direito

2.2.1.1 Em sede de direito, convém destacar que é de competência da Divisão de Tecnologia da Informação auxiliar o Tribunal na formulação de políticas e diretrizes na área de Tecnologia da Informação, bem como na distribuição dos recursos tecnológicos, coordenando e implementando as atividades e soluções delas decorrentes, segundo visto no inciso I do art. 27 da Resolução nº 273/2014.

2.2.1.2 Ainda nesse sentido, compete à Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite, bem como zelar pela segurança e integridade dos sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativas do TCDF, consoante determinam os incisos IX e X do art. 27 da citada Resolução.

2.2.1.3 Demais disso, verifica-se que o teor do art. 13 da mesma Resolução nº 273/2014 atribui à Escola de Contas as tarefas de elaborar materiais didáticos e de apoio para instrutores, palestrantes e professores e, parte considerável desse trabalho, é realizado por meio de programas de editoração eletrônica, atualmente se servindo de 4 licenças do Adobe CS 6 e 2 licenças software por subscrição da suíte Adobe Creative Cloud, observando-se que estas últimas têm prazo de acesso até o dia 13.out.2017.

2.2.1.4 Em adição, cumpre mencionar o inc. I do art. 46 da mesma Resolução nº



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 5 de 25

273/2014, o qual determina à Secretaria de Macroavaliação de Gestão Pública implementar as atividades necessárias à consecução dos Planos Estratégico e Geral de Ação. Nesse sentido, convém dizer que a produção dos Sumários Executivos de Auditoria visa dá cumprimento ao objetivo do Plano Estratégico do TCDF.

2.2.1.5 Por fim, considerando que o TCDF possui 4 licenças da antiga suíte Adobe CS 6 e atualmente mais 2 licenças de software por subscrição da suíte Adobe Creative Cloud, releva invocar a aplicabilidade do princípio da padronização, insculpido no inc. I do art. 15 da Lei nº 8.666/1993, na aquisição em tela. Tal princípio foi reproduzido no inc. I do art. 14 do Decreto Distrital nº 36.520, de 28 de maio de 2015. O mencionado instituto jurídico, em consonância com o entendimento trazido à lume pela Súmula nº 270/2012 do Tribunal de Contas da União, ratificado pela Decisão TCDF nº 2749/2014, permite a indicação de marca para aquisição de produtos de informática, objetivando o aproveitamento da curva de aprendizagem e o legado existente, mostrando-se a opção mais econômica e vantajosa à Administração, salvo melhor juízo.

2.2.2 Razões de Fato

2.2.2.1 Considerando o final do atual ajuste contratual para uso das 2 (duas) licenças de subscrição da suíte Adobe Creative Cloud, bem como o fato de as outras 4 (quatro) licenças da antiga suíte de programas de editoração eletrônica encontrarem-se desatualizadas, uma vez que foi descontinuada pela fabricante, restam claros os motivos para presente contratação.

2.2.2.2 A nova versão da suíte de editoração eletrônica da fabricante Adobe, denominada 'Creative Cloud', dispõe de novos recursos que agregaram valor às atividades das unidades do Tribunal. Entre esses recursos, destacam-se aqueles atinentes aos programas denominados 'Muse' e 'Premiere Pro'.

2.2.2.3 O Adobe Muse permite a criação de páginas Web com recursos visuais, sem a necessidade de escrever códigos em HTML, implementada pelo conhecido recurso WYSIWYG (What You See Is What You Get, em inglês). Essa ferramenta propicia a confecção de páginas para divulgação dos conteúdos produzidos pela Escola de Contas de forma ágil, com apresentação profissional e de alto impacto por seus recursos visuais, que são determinantes para atração dos públicos alvos da Escola.

2.2.2.4 O Adobe Premiere Pro constitui outro programa de destaque da nova suíte 'Creative Cloud'. O aludido programa possui a mesma interface dos aplicativos integrantes da suíte da Creative Cloud, facilitando o manuseio e o aprendizado. Vale dizer ainda que os recursos de

Termo de Referência nº / 2016



edição de vídeos, presentes neste programa, são de fácil uso e intuitivos.

2.2.2.5 Dessa forma, dada a relevância os trabalhos efetuados pelas unidades do Tribunal, conclui-se que demonstrada a necessidade da aquisição em tela, que deve se pautar pela escolha de uma solução que mantenha a compatibilidade do legado existente (Adobe CS 6) e propicie as novas funcionalidades já experimentadas (Adobe Creative Cloud).

2.3 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1 Manutenção dos novos recursos visuais nos materiais de apoio da Escola de Contas, recursos já implementados pelo atual ajuste por meio da suíte Adobe Creative Cloud.

2.3.2 Agilidade na produção de páginas de divulgação das ações da Escola de Contas.

2.3.3 Aumento do interesse e aprendizado dos alunos da Escola de Contas, com a produção de vídeos.

2.3.4 Melhoria na produção de publicações para o fomento do controle social.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 7 de 25

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 Segundo informações coletadas junto ao fabricante, tem-se que a suíte de programas *Adobe Creative Cloud* é composta dos seguintes programas:

- a) ACROBAT PRO DC;
- b) ADOBE PREMIERE PRO;
- c) AFTER EFFECTS;
- d) DREAMWEAVER;
- e) FLASH BUILDER PREMIUM;
- f) ANIMATE CC;
- G) ILLUSTRATOR;
- i) INDESIGN;
- j) PHOTOSHOP;
- l) AUDITION;
- m) MEDIA ENCODER;
- n) BRIDGE;
- o) SPEEDGRADE;
- p) PRELUDE;
- q) ADOBE MUSE;
- r) INCOPY;
- s) PHOTOSHOP LIGHTROOM..

3.2 REQUISITOS FUNCIONAIS DOS PROGRAMAS

3.2.1 ACROBAT PROFESSIONAL

3.2.1.1 Ferramenta para criação, conversão, proteção, assinatura, colaboração e impressão de documentos e formulários em PDF.

3.2.2 PHOTOSHOP

3.2.2.1 Ferramenta para criação, edição e análise avançada de imagens, edição de

Termo de Referência nº / 2016



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 8 de 25

vídeos e trabalhos em 3D.

3.2.3 ILLUSTRATOR

3.2.3.1 Ferramenta para criação de gráficos vetoriais e ilustrações para impressão, Web, vídeos e dispositivos móveis.

3.2.4 INDESIGN

3.2.4.1 Ferramenta de editoração eletrônica para a elaboração de layouts profissionais para publicações impressas e digitais.

3.2.5 DREAMWEAVER

3.2.5.1 Ferramenta para criação, desenvolvimento e manutenção de sites modernos e responsivos.

3.2.6 ADOBE PREMIERE PRO

3.2.6.1 Ferramenta de edição e tratamento de vídeos em tempo real, com edição de efeitos, aceleração gráfica, aplicação de aparência otimizada, correção de cor, perspectiva 3D entre outros.

3.2.7 AFTER EFFECTS

3.2.7.1 Ferramenta para composição de vídeo, que permite a produção de animação de textos, tratamento de imagens e composição de diversos grafismos (criados dentro e fora do programa de composição) para elaboração de vinhetas, animação de personagens, criação de ilustrações animadas para documentários, jornalismo, entre outros.

3.2.8 AUDITION

3.2.8.1 Ferramenta para gravação, mixagem e restauração de áudios para transmissões, vídeos e filmes.

3.2.9 FLASH PROFESSIONAL

3.2.9.1 Ferramenta para criação de gráficos vetoriais, capazes de suportar imagens bitmap e vídeos. Também é utilizado geralmente para a criação de animações interativas que funcionam embarcadas num navegador web.

3.2.10 ANIMATE CC



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 9 de 25

3.2.10.1 Ferramenta para a criação de animações interativas e conteúdo multimídia para diversas plataformas, incluindo Flash/AIR, HTML5 Canvas e WebGL.

3.2.11 ADOBE PHOTOSHOP LIGHTROOM

3.2.11.1 Ferramenta de organização, edição e processamento de fotos digitais em lote, com as ações de alteração de elementos como saturação, brilho, gama, luz e contraste. Permitindo a alteração do nome da imagem e a conversão do tipo da imagem para BMP, EPS, GIF, JPEG, PCX, PSD, PNG e Tiff.

3.2.12 ADOBE MUZE

3.2.12.1 Software de criação e publicação de sites dinâmicos para desktop e dispositivos moveis, sem a necessidade de programação. Permitindo a incorporação de códigos HTML, possuir widgets para a inserção no site entre outros recursos.

3.2.13 ADOBE SPEEDGRADE

3.2.13.1 Ferramenta para manipulação de luzes e cores em vídeos, permitindo ajustes detalhados nos cortes ou nas correções, possuindo suporte nativo aos diversos formatos de conteúdo, incluindo 4K, 5K, 6K, Pro Res, DNxHD e RAW, AMIRA, Sony SStP, Canon RAW GPU e compressão "sem perda" de Cinema DNG da Blackmagic Pocket Camera.

3.2.14 ADOBE PRELUDE

3.2.14.1 Software para a importação e a geração de logs de vídeo. Permitindo a criação de clips de vídeo, modelos de tags personalizados, registro de notas de gravação em dispositivos móveis, uso de painéis em HTML5, integração com sistemas de terceiros, exportação de lista de marcadores, comparação de arquivos com arquivos padrões.

3.2.15 ADOBE INCOPY

3.2.15.1 Software para colaboração em fluxos de trabalho editoriais, integrando autores, editores e designers. Permite a edição simultânea do mesmo documento, controlando as contribuições, pesquisa de conteúdo específico em documentos, visualização do som enquanto faz a edição na exibição de formas de onda, ou partes do espectro de som, inclusão de notas de rodapé, acesso a biblioteca de fontes, gerenciamento de cores através de amostras de outros aplicativos.

3.3 DOS REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

3.3.1 Dos requisitos de segurança



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 10 de 25

3.3.1.1 A subscrição da suíte deve garantir a segurança dos arquivos armazenados em nuvem, cujo acesso deve ser restringido apenas aos usuários indicados e habilitados pelo Contratante.

3.3.1.2 A subscrição deve garantir que apenas os empregados internos da Fabricante da suíte Adobe Creative Cloud tenham acesso aos arquivos armazenados em nuvem para execução de tarefas afetas aos serviços de armazenamento, sem, contudo, violar seu sigilo.

3.3.1.3 O acesso mencionado no subitem anterior não deve implicar corrompimento dos arquivos, garantindo-se, desse, procedimentos para recuperação deles em caso de eventual falha.

3.3.2 Dos demais requisitos não funcionais

3.3.2.1 A subscrição deve garantir a criação, edição e exclusão de usuários até o limite das licenças contratadas, tantas vezes que se fizerem necessárias.

3.3.2.2 O gerenciamento de usuários será realizado por servidor indicado pelo Contratante.

3.3.2.3 A Contratada responsabilizar-se-á pela criação do usuário gestor das licenças, indicado pelo Contratante.

3.3.2.4 O sítio da Creative Cloud, que permite o acesso à suíte de programas em sua versão online, deve estar em português.

3.3.2.5 Os programas integrantes da suíte Adobe Creative Cloud devem dispor, preferencialmente, telas e menus em idioma português e, na sua impossibilidade, opção para o idioma inglês.

3.3.2.6 A subscrição, após o decurso do prazo de vigência do ajuste, não pode ser prorrogada automaticamente.

3.3.2.7 A subscrição deve garantir a baixa (ou download) dos programas em quantidade de vezes ilimitadas durante a vigência do ajuste.

3.3.2.8 A subscrição da suíte deve permitir a atualização de seus programas integrantes, durante a vigência do ajuste, bem como ainda o armazenamento em nuvem, com tamanho mínimo de 2 Gb, e a sincronização de arquivos, sem restrições para os tipos de arquivos.

3.3.2.9 Além do armazenamento em nuvem, a suíte deve possibilitar a gravação de arquivos em disco rígido local, a critério do usuário, ou ainda, utilizar a sincronização combinada



com o armazenamento local.

3.3.2.10 A subscrição deve possibilitar a instalação dos programas em mais de um desktop do Contratante, limitando-se o uso simultâneo pelo número máximo de licenças contratadas.

3.3.2.11 A subscrição também deve oferecer a possibilidade de desativação de uma licença da *Creative Cloud* em um computador com o objetivo de liberar a opção de instalação em outro desktop do Contratante.

3.3.2.12 Em caso de cancelamento ou não renovação das licenças, a subscrição deverá permitir acesso a todos os arquivos armazenados em nuvem por 90 dias e, por prazo indeterminado, os armazenados em disco rígido.

3.3.2.13 Caso ocorra o excesso de armazenamento em nuvem, a subscrição deve permitir a realocação de arquivos em nuvem com o objetivo de liberar espaço em disco online para sincronizar arquivos.

3.3.2.14 A subscrição deve oferecer recursos de compartilhamento de arquivos armazenados em nuvem.

3.3.2.15 A solução *Adobe Creative Cloud* deve permitir a utilização de seus programas na no sistema operacional Mac OS X.

3.3.2.16 A subscrição deve permitir que o usuário escolha não compartilhar dados da experiência de uso dos aplicativos instalados nos desktops do Contratante.

3.3.2.17 Os programas integrantes da suíte *Adobe Creative Cloud* devem estar habilitados para trabalho *off-line*, ou seja, permitir a instalação diretamente em desktop do Contratante, exigindo-se o acesso à internet apenas no interregno de 30 dias para validação das licenças.

4. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1 DO MODELO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

4.1.1 Para a execução do ajuste, será implantado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

4.1.2 Cabe ainda destacar que no modelo adotado não se exigirá exclusividade dos



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 12 de 25

técnicos da CONTRATADA nem tampouco haverá ingerência do CONTRATANTE durante a realização dos serviços.

4.1.3 Para a prestação dos serviços pertinentes ao objeto da presente contratação, deverão ser observadas as quantidades, as condições, as especificações técnicas e os requisitos funcionais estabelecidos no presente item 01 e no item 03 do presente Instrumento.

4.1.4 Os serviços serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço global.

4.2 DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1 Sem prejuízo do Capítulo III da Lei 8.666/1993, o presente Edital, seus Anexos e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato a ser assinado.

4.2.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis após convocação, podendo ser prorrogado por igual período, de acordo com o § 1º do art. 64 da Lei 8.666/93, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3 O prazo de que trata o subitem 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

4.2.4 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Termo de Referência.

4.3 DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.3.1 A entrega das licenças de subscrição de software consistirá na criação do usuário gestor, prevista no subitem 3.3.2.3, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, no máximo, após o recebimento da nota de empenho pela licitante vencedora do certame.

4.3.2 Caso ocorra algum impedimento técnico que impossibilite o gerenciamento previsto no subitem 3.3.2.2 acima, durante o prazo de entrega previsto no subitem anterior, considerar-se-á inadimplida a obrigação contratual, devendo a Contratada envidar os esforços necessários para o saneamento do problema dentro do prazo do adimplemento do objeto.

4.3.3 A Contratada oferecerá todo o suporte e auxílio para que o usuário gestor possa criar os demais usuários correspondentes ao número de licenças contratadas com vistas a caracterizar o adimplemento do objeto.



5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1 Para a execução do contrato será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidades. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação da conformidade do(s) produto(s) e serviço(s) aos padrões de qualidade exigidos e a CONTRATADA como responsável pela entrega do(s) produto(s) e serviço(s) de acordo com as especificações constantes do item 3 (três) do presente Termo de Referência e no Anexo II (Estimativa de Preços).

5.1.2 A execução do objeto contratado pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.2.1 **Fiscal do Contrato:** é o servidor ou comissão de servidores, designados pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos produtos e serviços.

5.1.2.2 **Preposto:** funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e por atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao cumprimento contratual.

5.2 DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.2.1 Designar servidor ou comissão de servidores para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do ajuste, assim como para atestar a execução do objeto.

5.2.2 Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que atendidas todas as exigências e especificações para os produtos e serviços, constantes do presente Termo de Referência e do Instrumento Convocatório.

5.2.3 Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.

5.2.4 Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

5.2.5 Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no

Termo de Referência nº / 2016



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 14 de 25

cumprimento do contrato.

5.2.6 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

5.2.7 Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para o fornecimento do(s) produto(s) e serviços.

5.2.8 Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento e no Edital, exercendo a fiscalização do fornecimento do objeto.

5.3 DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1 Manter todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento licitatório, durante o período de vigência contratual, e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.3.2 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação, conforme inciso VI, do art.78, da Lei nº 8.666/93.

5.3.3 Entregar o(s) produto(s) e serviços em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas, na quantidade indicada na Nota de Empenho e em perfeitas condições de uso, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho.

5.3.4 Entregar, no prazo estabelecido, o objeto deste Termo de Referência, junto à Divisão de Tecnologia da Informação do TCDF.

5.3.5 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços especificados no presente Termo de Referência, no Edital e seus anexos, utilizando-se de empregados treinados e devidamente habilitados para sua execução.

5.3.6 Assumir a responsabilidade pelo transporte e entrega do(s) produto(s) no local indicado pelo CONTRATANTE.

5.3.7 Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste.

5.3.8 Indicar profissional para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como preposto



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 15 de 25

da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE.

5.3.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contratação objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contratado.

5.3.10 Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado.

5.3.11 Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato, atinentes ao atendimento da presente contratação.

5.3.12 Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de outras ocorrências relevantes, em tempo hábil para as devidas providências saneadoras.

5.3.13 Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, por sua culpa ou dolo, em decorrência da execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

5.3.14 Não utilizar o nome do TCDF ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, inclusive em cartões de visita, anúncios e impressos.

5.3.15 Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.

5.3.16 Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Fiscalização do Contrato, os produtos e serviços recusados, quando da fase de seus recebimentos.

5.4 DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1 A execução do ajuste será acompanhada e fiscalizada por fiscal do contrato, especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF no 03, de 22/12/1997.

5.4.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do

Termo de Referência nº / 2016



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 16 de 25

CONTRATANTE ou de seus agentes.

5.4.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

5.4.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

5.4.3.2 Sustar quaisquer atos que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado no presente Termo de Referência, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

5.4.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização do contrato deverão ser tomadas pela autoridade competente do TCDF em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.

5.5 DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES

5.5.1 O prazo de entrega do objeto deste Termo de Referência será conforme informações trazidas no item 4, contados a partir da data da convocação para assinatura do contrato, conforme o caso.

5.5.2 Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, o prazo das licenças de subscrição de software poderá ser prorrogado pelo CONTRATANTE, devendo ser mantidas as demais exigências do ajuste e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

5.5.3 O prazo de vigência do contrato será de doze meses, prorrogável por igual período, caso haja interesse da Administração, até o limite máximo de quarenta e oito meses, desde que mantidas as mesmas condições exigidas na habilitação, nos termos do inc. IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

5.6 RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1 O objeto contratado será recebido por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, após o decurso do prazo de até 5 (cinco) dias de observação, que comprove sua adequação aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993, da seguinte forma:

5.6.1.1 **PROVISORIAMENTE**, para efeito de posterior verificação da

Termo de Referência nº / 2016



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 17 de 25

conformidade do objeto contratado com as especificações exigidas;

5.6.1.2 **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação do atendimento às exigências dos termos contratuais, para a consequente aceitação.

5.6.2 Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto, por meio de termo circunstanciado também assinado pelo representante da CONTRATADA, em 2 (duas) vias, o qual ficará com uma destas.

5.6.3 Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o seu não recebimento definitivo. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

5.6.4 À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência.

5.6.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do ajuste, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

5.7 DO PAGAMENTO

5.7.1 Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA protocolizará, junto ao CONTRATANTE, Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.7.2 Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE - descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.7.3 Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/09 da Secretaria de Estado da



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 18 de 25

Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/13, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.7.4 Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.7.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

5.7.6 Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.7.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7.7 Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.8 Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o produto ou serviço fornecidos seja rejeitado pela fiscalização do contrato, circunstância em que deverá ser substituído pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

5.7.9 Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

Termo de Referência nº / 2016



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 19 de 25

5.8 DO REAJUSTE:

5.8.1 O valor do objeto desta contratação é fixo e irrevogável.

5.9 DA GARANTIA CONTRATUAL:

5.9.1 Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

5.10 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO:

5.10.1 Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2 O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as partes.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 20 de 25

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1 O valor estimado para o objeto da presente contratação é de **R\$ 12.263,10** (doze mil duzentos e sessenta e três reais e dez centavos), conforme detalhado na planilha estimativa de preços constante do Anexo II (Planilha Estimativa de Preços).

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2 A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos itens do objeto.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não aceitar a Nota de Empenho da Despesa, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento, no instrumento convocatório e demais disposições legais.

8.2 O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente.

8.3 As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.

8.4 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos neste instrumento, poderá ser aplicada à CONTRATADA multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) por dia de atraso sobre o preço do fornecimento, não ultrapassando o limite de 10% (dez por cento) sobre este valor.

8.5 As multas previstas neste item serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia útil imediatamente subsequente ao do vencimento.

8.6 Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá garantir a



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 21 de 25

prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 10% (dez por cento) ou 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato.

8.7 No caso de aplicação de multa, será observado o limite mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quando for necessária, além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades prevista neste tópico.

8.8 As multas tratadas neste item serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, ou na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1 Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2 O objeto a ser adquirido se enquadra no conceito de bem e serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitados por meio de Pregão Eletrônico.

9.1.3 No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.2 HABILITAÇÃO

9.2.1 Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, a PROPONENTE deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1 **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 22 de 25

Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2.1.3 **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.4 **Registro comercial**, no caso de empresário individual;

9.2.1.5 **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.6 **Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidões** que comprove(m) que a empresa tenha executado, ou que esteja executando, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, objeto de características análogas, que demonstre(m) o fornecimento dos produtos e de prestação de serviços análogos aos do objeto da presente contratação.

9.2.2 A não apresentação da documentação constante dos itens 9.2.1.1 e 9.2.1.2, não implicará inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

10. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1 As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1 Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002;

10.1.2 Decreto Federal nº 5.450/2005;

10.1.3 Lei Complementar nº 123/2006;

10.1.4 Lei Distrital nº 4.770/2012;

10.1.5 Decreto Distrital nº 36.220/2014;



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 23 de 25

10.1.6 Instrução Normativa nº 4/2014.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Em caso de dúvidas sobre a Licitação, é conveniente o contato com o Serviço de Licitação do TCDF, via fones (61) 3314-2742 ou 3314-2202, das 13h às 18h30min, para obtenção dos esclarecimentos que julgar necessários.

11.2 O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica poderá ser realizado pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), sito na Praça do Buriti, 1º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Brasília, fone (61) 3314-2963, tratar com João Guilherme Granja e Reis.

12. ANEXOS

12.1 Fazem parte do presente instrumento, os seguintes anexos:

12.1.1 ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS;

12.1.2 ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

13. RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

13.1 São responsáveis pelo Termo de Referência o servidor Ueslei Camelo Barbosa e o Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).

ASSINADO DIGITALMENTE	ASSINADO DIGITALMENTE
João Guilherme Granja e Reis Responsável Técnico	Supervisão de Planejamento da Contratação Supervisor



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 24 de 25

ANEXO II – PLANILHA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Item	Qtde.	Preços Coletados								Média	Total
		Universidade Estadual do Pará – Pregão nº 16/2017 – UASG: 925611		CAESB/DF – Pregão nº 136/2017 – UASG: 974200		Governo do Estado de Roraima – Pregão nº 4/2017 – UASG: 926195		MPOG – Pregão nº 49/2017 – UASG: 114601			
		Peça: 03	e-DOC: CEE78F8A	Peça: 03	e-DOC: CEE78F8A	Peça: 03	e-DOC: CEE78F8A	Peça: 03	e-DOC: CEE78F8A		
1	3	2.331,00		9.229,90		2.050,00		2.739,92		4.087,70	12.263,10

Valores expressos em Reais.



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Divisão de Tecnologia da Informação - DTI

Página 25 de 25

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DO LICITANTE, CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta para contratação de empresa especializada para subscrição de 3 (duas) licenças da suíte de programas Adobe Creative Cloud, por 12 (doze) meses, de forma a auxiliar o Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF no despenho de suas atividades, incluindo impostos, taxas, transportes, instalação e quaisquer outros custos para a entrega dos produtos prontos para utilização e prestação dos serviços agregados, conforme abaixo:

Item	Qtde.	Descrição	Preço Unitário	Valor Total
1	3	Licença de subscrição da suíte de programas Adobe Creative Cloud, por 12 (doze) meses.		(*)

(*) Valor a ser lançado no Sistema Comprasnet

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

A (NOME DO LICITANTE) declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone/fax:
Banco/agência/conta:
E-mail: